



Julho/2015



PREFEITURA DE SÃO LUÍS - MA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor de Controle Interno
Área de Abrangência Geral

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto que segue.

- 1 Pretende-se discutir aqui alguns aspectos da obra de Gilberto Freyre focalizando seu livro de estreia, **Casa-grande & senzala**, cuja publicação em 1933 levanta questões até hoje importantes para o entendimento do passado brasileiro.
- 5

- Cabe observar, antes de prosseguir, que o debate intelectual sobre os destinos do país estava, naquele momento, profundamente marcado pelo tema da mestiçagem. Mas a mestiçagem, isto é, o contato sexual entre grupos étnicos distintos, costumava ser apresentada como um problema: ora implicava esterilidade – biológica e cultural –, inviabilizando assim o desenvolvimento nacional, ora retardava o completo domínio da raça branca, dificultando o acesso do Brasil aos valores da civilização ocidental.
- 15

- O enorme impacto produzido pelo surgimento da obra, que aprofundava a contribuição pioneira de alguns outros autores como Manuel Quirino, Lima Barreto e Manoel Bomfim, concorreu para alterar essa avaliação, ao enfatizar não só o valor específico das influências indígenas e africanas, como também a dignidade da híbrida e instável articulação de tradições que teria caracterizado a colonização portuguesa. Isso só foi possível, segundo o próprio Gilberto, pelo seu vínculo com a antropologia americana e com a orientação relativista de Franz Boas – ele obteve um título de mestre em Columbia, em 1922 – que lhe teria permitido separar a noção de raça da de cultura e conferir a esta última primazia na análise da vida social.
- 20
- 25

(ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. "Chuvas de verão. 'Antagonismos em equilíbrio' em **Casa-grande & senzala** de Gilberto Freyre. In: Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. André Botelho e Lília Moritz Schwarcz (organizadores). São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 200)

1. Em seu texto, Benzaquen de Araújo
- (A) descreve as particularidades do trabalho de Freyre que justificam o fato de **Casa-grande & senzala** ser considerada obra precursora do olhar otimista sobre o contato de grupos étnicos distintos.
- (B) deixa claro que Gilberto Freyre, em sua obra de estreia, apresentou os conceitos que determinariam sua produção posterior acerca da história da colonização portuguesa.
- (C) defende que o estudo da organização e do funcionamento das sociedades humanas, na época da publicação da primeira obra de Freyre, se baseava em significado errôneo da palavra "mestiçagem".
- (D) mostra que Freyre cooperou para que o papel da miscigenação de raças e culturas fosse revisto, o que implicaria um olhar inovador sobre o Brasil.
- (E) atribui ao autor de **Casa-grande & senzala** o mérito de, com pensamento consistente, trazer à discussão o tema da mestiçagem na conformação do futuro do Brasil.

2. No segundo parágrafo,
- (A) o comentário feito insere a publicação de **Casa-grande & senzala** em seu contexto cultural, fator relevante para a valoração da obra de Gilberto Freyre.
- (B) tem-se observação cujo valor de verdade depende de ser anunciada naquele exato momento, antes de (o autor) prosseguir.
- (C) apresentam-se duas formas de compreensão da mestiçagem, ambas entendidas como problemas de idêntica magnitude: imobilizavam o avanço econômico do Brasil.
- (D) as formas *inviabilizando* e *dificultando* exprimem ideia de tempo, sem outra possibilidade de sentido.
- (E) a palavra *profundamente*, ao significar "intensa e duradouramente", indica que os intelectuais eram impermeáveis a outros temas.

3. Associam-se corretamente um segmento do texto e o trecho que ele retoma, precisamente demarcado, em:
- (A) (linhas 7 e 8) *naquele momento / do passado brasileiro*.
- (B) (linha 17) *que / impacto*.
- (C) (linha 19) *essa avaliação / o acesso do Brasil aos valores da civilização ocidental*.
- (D) (linha 22) *que / a híbrida e instável articulação de tradições*.
- (E) (linha 23) *Isso / a colonização portuguesa*.

4. Indique a afirmação legitimada pelo texto, e, quando for o caso, pela norma-padrão.
- (A) Outra redação que mantém fidelidade ao conteúdo expresso em *levanta questões até hoje importantes para o entendimento do passado brasileiro* (linhas 3 a 5) é esta: "levanta questões que hoje são consideradas importantes para o entendimento do passado brasileiro".
- (B) Em *Cabe observar, antes de prosseguir, que o debate intelectual [...] estava [...] profundamente marcado pelo tema da mestiçagem* (linhas 6 a 9), a retirada da vírgula depois da palavra *observar* não produz erro.
- (C) A palavra *Mas* (linha 9) introduz uma circunstância limitadora à declaração feita na frase anterior – o tema marcava profundamente o debate intelectual, porém não era tratado de forma abrangente, pois a mestiçagem *costumava ser apresentada como um problema*.
- (D) A forma *Cabe observar* (linha 6) indica, mais do que uma conveniência, uma obrigatoriedade.
- (E) Transpondo a frase *o debate intelectual [...] estava, naquele momento, profundamente marcado pelo tema da mestiçagem* (linhas 6 a 9) para a voz ativa, a forma verbal a ser produzida é "marcou".



5. Afirma-se com correção: (A) A frase <i>ele obteve um título de mestre em Columbia, em 1922</i> (linhas 26 e 27) contém uma ambiguidade, que seria eliminada pela substituição de "ele" por "o estudioso das sociedades humanas". (B) Em <i>segundo o próprio Gilberto</i> (linha 24), a palavra em negrito tem valor demonstrativo, reforçando a identidade citada. (C) A forma verbal em <i>que teria caracterizado a colonização portuguesa</i> (linhas 22 e 23) indica que o fato constitui uma possibilidade, mas considerada pouco provável. (D) A palavra destacada em <i>alguns outros autores como Manuel Quirino, Lima Barreto e Manoel Bomfim</i> (linhas 17 a 19) instaura um cotejo. (E) A <i>articulação de tradições</i> é vista como <i>híbrida e instável</i> (linha 22), palavras que exprimem, respectivamente, um traço que Araújo julga menos positivo e um que ele julga mais positivo.	8. A redação que está clara e, segundo a norma-padrão, correta, é a seguinte: (A) O rapaz era o testemunha mais esperado, porque sabia quem era o líder do grupo de arruaceiros, mas, temeroso, absteve-se de dar detalhes do caso. (B) Ia interromper o candidato para dizer que suas frases eram recheadas de lugar-comuns, mas sua amiga interveio a tempo de impedir-lhe. (C) Não existirá críticas que atinjam à totalidade das voluntárias, pois as queixas dizem respeito à uma ou outra situação específica, nada além disso. (D) O que ele requereu foi a revisão dos valores devidos àquele antigo funcionário, e, como nenhuma disposição conhecida obstrui essa revisão, ele está confiante. (E) O meu desejo é que tudo continue às mil maravilhas, e isso ocorrerá se, juntos, recapitularem seus propósitos e se dispuserem a manter a lealdade uns aos outros.
6. Considerada a norma-padrão, a frase em que a concordância está correta é: (A) Serão incluídos quaisquer que, nesta primeira etapa, for os desenhos que receberem dos jurados mais de três votos a favor. (B) Todos conhecemos atitudes fácil de tomar, mas difícil de ser sustentadas, por isso é bom que sempre as avaliemos antes, para saber o que vão exigir de nós. (C) Segundo o que se lê no contrato, a maioria das providências de que dependem várias etapas dos projetos é do conhecimento de todos. (D) Nenhum dos integrantes das comissões negarão esclarecimentos se esses forem solicitados no formato adequado. (E) Nem sempre as exigências das empresas contratantes de estagiários são coincidente com o que os jovens recém-formados têm a oferecer.	Direito Constitucional 9. Considera-se dogmática a Constituição (A) não escrita, resultante de formação histórica e cultural que sedimenta as normas fundamentais de organização de um determinado Estado. (B) escrita, elaborada por um órgão constituinte e que sistematiza as ideias fundamentais da teoria política e do Direito predominantes em determinado momento histórico. (C) que se origina de um órgão constituinte, composto de representantes do povo eleitos especificamente para elaborá-la, podendo ser escrita ou não escrita. (D) que traz as normas constitucionais escritas ou costumeiras, que regulam a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos e os direitos fundamentais. (E) que pode ser livremente modificada pelo legislador segundo o mesmo processo de elaboração das leis ordinárias.
7. Considere o trecho abaixo – adaptado de Gramática de usos do português, de Maria Helena de Moura Neves (São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 628 e 633), e o que se tem em I, II e III. <i>A preposição com funciona no sistema de transitividade, isto é, introduz complemento; pode introduzir, por exemplo, complemento de verbo ou de adjetivo.</i> I. Depois das devidas explicações, o cliente concordou com os advogados / a preposição com introduz complemento de verbo. II. Identificou-se desde o primeiro momento com os ideais do grupo / a preposição com introduz complemento de adjetivo. III. Triste com a situação, procurou os amigos para esclarecer os fatos. / a preposição com introduz complemento de adjetivo. Está correto o que se afirma em: (A) I, apenas. (B) I, II e III. (C) I e II, apenas. (D) II, apenas. (E) I e III, apenas.	10. A inconstitucionalidade de determinada Lei Federal pode ser reconhecida pelo (A) Supremo Tribunal Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça, por intermédio de controle concentrado ou incidental de constitucionalidade. (B) Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, por intermédio de controle concentrado ou incidental de constitucionalidade. (C) Supremo Tribunal Federal, por intermédio de controle concentrado ou incidental, ou por qualquer Órgão Jurisdicional, através do controle incidental. (D) Supremo Tribunal Federal, por intermédio do controle incidental, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, através do controle concentrado. (E) Órgão Supremo do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional Federal, pelo controle concentrado, sujeitando-se a decisão a reexame necessário por parte do Supremo Tribunal Federal.



11. Entende-se por poder constituinte decorrente aquele que (A) define as competências e os limites conferidos ao legislador constituinte nacional, eleito pelo voto popular. (B) advém de processos revolucionários, que geram a ruptura da Constituição vigente e impõem a elaboração de novo texto, harmônico com os objetivos da revolução. (C) confere ao legislador nacional poder limitado de reforma do texto constitucional vigente, condicionando-o ao respeito às cláusulas pétreas. (D) advém do pacto federativo, conferindo aos Estados-membros o poder de auto-organização, por meio da elaboração de textos constitucionais próprios. (E) confere ao legislador constituinte o dever de revisão do texto constitucional originário, após o decurso de certo espaço de tempo.	14. Em relação à Emenda Constitucional, nos termos da Constituição Federal é correto afirmar que exige quórum legislativo de maioria (A) de dois terços, devendo ser aprovada por ambas as Casas do Congresso Nacional em duas votações em cada qual, cabendo ao Presidente do Senado promulgá-la para que entre em vigor. (B) de três quintos, devendo ser aprovada por ambas as Casas do Congresso Nacional em votação única em cada qual, cabendo às Mesas da Câmara e do Senado promulgá-la para que entre em vigor. (C) de dois terços, devendo ser aprovada por ambas as Casas do Congresso Nacional em duas votações em cada qual antes de ser remetida à sanção do Presidente da República, quando entrará em vigor. (D) absoluta, devendo ser aprovada por ambas as Casas do Congresso Nacional em votação única em cada qual antes de ser remetida à sanção do Presidente da República, quando entrará em vigor. (E) de três quintos, devendo ser aprovada por ambas as Casas do Congresso Nacional em duas votações em cada qual, cabendo às Mesas da Câmara e do Senado promulgá-la para que entre em vigor.
12. As contas apresentadas pelo Tribunal de Justiça relativas a determinado exercício orçamentário estão sujeitas ao controle: (A) Interno, exercido nas esferas administrativa e jurisdicional, sendo que em ambas o órgão pode proceder de ofício. (B) Interno, exercido na esfera administrativa sempre mediante provocação, e externo, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas. (C) Interno, exercido na esfera administrativa; externo, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas; e jurisdicional, este dependente de provocação. (D) Interno, na esfera jurisdicional, podendo o Tribunal de Justiça agir de ofício, vedando-se o controle externo em face do princípio da separação dos Poderes do Estado. (E) Interno, exercido na esfera administrativa, e externo, exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo com o auxílio do Tribunal de Contas.	Direito Administrativo 15. Para a construção de um porto organizado de cargas em região com relevantes características ambientais, a empresa estatal responsável pela exploração do serviço público apresentou, perante o órgão ambiental competente, pedido de licenciamento. Após a expedição da Licença Prévia, cumpriu a empresa o necessário para obtenção da Licença de Instalação, que, expedida, autorizou o início das obras, precedida de licitação. Iniciadas as obras, o Ministério Público ingressou com Ação Civil Pública, invocando nulidades no processo de licenciamento, em especial no que se refere ao ponto de lançamento do esgoto da obra. Foi deferida a liminar, determinando a suspensão das obras e a nulidade do processo de licenciamento, com inauguração de novo procedimento para as correções necessárias no projeto. No que concerne ao caso concreto descrito, a empresa estatal (A) pode questionar judicialmente a decisão, tendo em vista que uma vez expedidas as licenças, que se consubstanciam em atos administrativos, o Poder Judiciário não pode suspendê-los ou anulá-los. (B) pode questionar a decisão judicial, tendo em vista que não acarretaria prejuízos promover as correções no mesmo processo de licenciamento, aproveitando os atos e providências que não contivessem vícios. (C) deve impugnar a decisão judicial, tendo em vista que o Judiciário exacerbou os limites do controle que exerce sobre a função administrativa, âmbito em que tramita o processo de licenciamento ambiental. (D) deve suspender as obras e reiniciar o processo de licenciamento tendo em vista que é vedado o aproveitamento de atos em processo administrativo em que tenha sido identificado algum vício ou irregularidade. (E) pode ignorar a decisão judicial caso, concomitantemente, providencie administrativamente as correções necessárias no processo de licenciamento, tendo em vista que o poder de polícia administrativa não se submete a controle judicial quando não caracterizar limitação a direitos individuais.
13. NÃO é vedado pela Constituição Federal aos Magistrados exercer (A) a Advocacia, desde que se encontre em disponibilidade. (B) a Advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo na hipótese de demissão a bem do serviço público. (C) uma função de magistério, desde que se encontre em disponibilidade. (D) função de consultoria a órgãos públicos, desde que reconhecida a relevância social da questão. (E) uma função de magistério, em instituição pública ou privada, esteja no exercício da função ou em disponibilidade.	



16. A Secretaria de Educação de determinado Município desenvolveu um programa de disponibilização, nos finais de semana, das instalações escolares externas, em especial para a prática de atividades esportivas e culturais. Durante um jogo de futebol realizado em uma dessas ocasiões, um dos alunos que estava participando da partida, chocou-se contra a trave do gol, que estava solta e tombou, atingindo na cabeça outro aluno que estava próximo. Em razão do acidente, o aluno ficou seriamente machucado, sofrendo sequelas. Em decorrência do acidente,
- (A) o Município poderá ser responsabilizado extracontratualmente, tendo em vista que a voluntariedade do comparecimento a escola não afasta a responsabilidade objetiva do ente público no caso descrito, em que um equipamento da área esportiva deu causa a danos em um aluno.
 - (B) a família do aluno acidentado poderá ser responsabilizada pelos danos materiais causados aos equipamentos da escola, tendo em vista que a utilização do espaço nos finais de semana pelos alunos descaracteriza a responsabilidade objetiva do Estado.
 - (C) o Município poderá ser subjetivamente responsabilizado, caso se comprove culpa dos agentes públicos presentes no estabelecimento de ensino no momento do acidente, tendo em vista que a utilização do espaço nos finais de semana descaracteriza a responsabilidade objetiva do Estado.
 - (D) a família do aluno acidentado poderá acionar judicialmente a família do aluno que se chocou contra a trave do gol, provocando o acidente tendo em vista que durante os finais de semana a escola pública equipara-se aos estabelecimentos privados para fins de responsabilidade extracontratual.
 - (E) o Município responde objetivamente pelos danos causados ao aluno acidentado, tendo em vista que, em se tratando de custódia escolar, incide a teoria do risco integral, independentemente do ente público ou seus agentes terem dado causa ao acidente.
-
17. Uma empresa estatal precisa atualizar seus sistemas operacionais de controle de processos e ativos, posto que aqueles atualmente em uso não vem respondendo bem às necessidades do negócio. Os dirigentes da estatal, diante da traumática experiência com os sistemas em utilização, contratados mediante licitação realizada por meio da Lei nº 8.666/1993, pelo critério do menor preço, identificaram as melhores empresas no mercado na execução dos serviços pretendidos. Realizaram, então, uma pesquisa de preços para identificar a empresa, dentre as melhores pesquisadas, que apresentaria menor custo para implementação da tarefa. Como o resultado apontou uma outra empresa estatal, ainda que de outra esfera de governo, entenderam por firmar um convênio, estruturando a realização das atividades como cooperação entre pessoas jurídicas integrantes da Administração pública. A remuneração pelos serviços ficou travestida de custo operacional e houve transferência de mão de obra, assumindo uma empresa estatal a remuneração dos empregados originalmente da outra. A solução encontrada:
- (A) é viável exclusivamente em razão de se tratarem de dois entes públicos, tendo em vista que os convênios com entidades privadas dependeriam de autorização legislativa e licitação.
 - (B) é viável no que concerne à transferência de mão de obra, vedada a remuneração pelos serviços prestados, de modo que o custo operacional deve ser reduzido desse montante.
 - (C) não pode ser acatada, tendo em vista que a natureza contratual do ajuste não pode ser substituída pela forma de convênio, ainda que se tratem de entes integrantes da Administração pública e que haja mútua colaboração entre eles.
 - (D) não pode ser acatada porque o caso é hipótese típica de consórcio público, na medida em que os dois entes integram a Administração pública e há serviço público atrelado, com correspondente remuneração.
 - (E) pode ser acatada, desde que o plano de trabalho traga o cronograma de remuneração, a ser paga pela empresa beneficiária dos serviços, assim como o valor dos salários dos empregados.
-
18. Dentre as modalidades de licitação passíveis de serem manejadas pela Administração pública, o pregão vem se mostrando uma alternativa célere, que possibilita relevantes economias para o erário público. No entanto, em razão de seu procedimento diferenciado, alguns objetos não se enquadram no conceito que autoriza a utilização do pregão. Outros objetos, embora pareçam complexos, podem se adequar aos requisitos exigidos pela Lei nº 10.520/2002. Como exemplo, pode-se citar
- (A) a contratação de serviço de avaliação de terrenos de propriedade de um ente público, para futura edificação de unidades prisionais, com elaboração de planta e memorial descritivo.
 - (B) a construção e operação de um laboratório de análises clínicas e imagens para atendimento da população carente, remunerando-se pelo número de atendimentos.
 - (C) o desenvolvimento de uma vacina contra uma variação do vírus de gripe, mediante remuneração por meio de patrocínio da iniciativa privada, mais especificamente, da indústria farmacêutica.
 - (D) a contratação de serviços de gestão social para conjuntos habitacionais de baixa renda, fixando-se a remuneração de acordo com o desempenho e cumprimento das metas estabelecidas em contrato.
 - (E) a venda de material de informática que tenha sido substituído por equipamentos mais novos, de modo a minizar os custos de aquisição de novas máquinas.



19. Quando Maria Sylvia Zanella di Pietro afirma "ser correta a afirmação de que todo serviço público visa atender a necessidades públicas, mas nem toda atividade de interesse público é serviço público", pode-se concluir que
- (A) as atividades de interesse público, quando prestadas por particulares, não são predicadas como serviço público, que somente guardam esse conceito quando remanescem sob execução direta da Administração pública.
- (B) a atuação da Administração pública visa o atendimento direto ou indireto das necessidades públicas, mas a qualificação de determinada atividade como serviço público depende de expressa previsão legal.
- (C) para qualificação como serviço público, uma atividade deve apresentar determinadas características, tais como indelegabilidade, regime jurídico de direito público e gratuidade.
- (D) a determinação do que vem a ser serviço público depende de escolha discricionária da Administração pública, o que permite a atualização conforme as mudanças na sociedade, ainda que as alterações legislativas no mesmo sentido sejam providenciadas posteriormente.
- (E) a submissão a regime jurídico de direito público retira da prestação do serviço público o caráter lucrativo, embora ele possa ser remunerado, vigorando o princípio da modicidade tarifária.
20. Foi celebrado um contrato de concessão patrocinada entre determinado Município e o consórcio vencedor da licitação para exploração do modal viário de transporte coletivo de passageiros. Houve, no decorrer da execução contratual, uma relevante obra pública que não estava considerada na modelagem econômica da concessão patrocinada e que ensejou desproporcional aumento na arrecadação por parte da concessionária, ensejando reequilíbrio econômico-financeiro em favor do Estado, mediante repasse de parte do valor arrecadado a maior com a tarifa imposta. O administrador público, no entanto, empregou os recursos em outros programas de governo, além de utilizar para fins de custeio de despesas de viagens pessoais o restante que sobejou a arrecadação originalmente estabelecida. Essa prática
- (A) não pode ser considerada irregular ou ilegal, tendo em vista que esse montante não seria contabilizado na conta da concessão, pois a concessionária não sofreu qualquer impacto negativo em sua arrecadação.
- (B) pode, sem prejuízo de eventual tipificação penal, constituir ato de improbidade na modalidade que causa prejuízo ao erário público.
- (C) deve ser combatida por meio de controle judicial, tendo em vista que excede atuação do controle administrativo, esfera em que o autor do ato exerce suas funções.
- (D) depende de prévio exame do Legislativo, que detém a exclusividade para apuração de atos de improbidade, determinando às autoridades competentes, em caso de identificação de responsabilidade, a adoção das providências cabíveis.
- (E) não se enquadra como ato de improbidade, pois ausente o dolo do administrador, que pretendia conferir maior eficiência à sua gestão, por meio da otimização do emprego dos recursos públicos.

Direito Tributário

21. Considere as seguintes ocorrências tributárias hipotéticas no ano de 2013.
- A União, por meio de lei ordinária, criou mais uma alíquota para tributar o Imposto de Renda, no percentual de 35%, e publicou essa lei em 18 de dezembro de 2013.
- Por meio de decreto do Poder Executivo, publicado em 10 de junho de 2013, a União também aumentou a alíquota do IPI de determinados produtos, de 10% para 20%.
- Um Estado brasileiro aumentou a alíquota do ITCMD, nas transmissões causa mortis, de 5% para 6%, e publicou a respectiva lei ordinária em 10 de setembro de 2013.
- Um Município brasileiro aumentou a base de cálculo do IPTU, mediante atualização da tabela de valores venais dos imóveis, e publicou essa lei ordinária em 11 de novembro de 2013.
- Considerando especificamente os princípios constitucionais da anterioridade e da noventena (anterioridade nonagesimal), é correto afirmar que a cobrança majorada do IR, do IPI, do ITCMD e do IPTU poderá ser feita, respectivamente, a partir do dia:
- (A) 19 de março de 2014; 09 de setembro de 2013; 10 de dezembro de 2013; 10 de fevereiro de 2014.
- (B) 19 de março de 2014; 1º de janeiro de 2014; 10 de dezembro de 2013; 1º de janeiro de 2014.
- (C) 1º de janeiro de 2014; 09 de setembro de 2013; 1º de janeiro de 2014; 1º de janeiro de 2014.
- (D) 1º de janeiro de 2014; 1º de janeiro de 2014; 1º de janeiro de 2014; 10 de fevereiro de 2014.
- (E) 19 de março de 2014; 1º de janeiro de 2014; 1º de janeiro de 2014; 10 de fevereiro de 2014.
22. De acordo com a Constituição Federal, exceto na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre
- (A) videofonogramas musicais produzidos no Mercosul, contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros.
- (B) obras em geral, interpretadas por artistas brasileiros, excluídos os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.
- (C) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros, ou de autores estrangeiros residentes no Brasil, há, pelo menos, dois anos.
- (D) fonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais de autores brasileiros.
- (E) obras em geral, compostas no Brasil, interpretadas por artistas brasileiros ou por artistas estrangeiros residentes no Brasil há, pelo menos, dois anos, excluídos os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.



23. De acordo com a Constituição Federal, compete à União instituir impostos sobre

- (A) grandes fortunas, nos termos de lei complementar; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural.
- (B) importação de produtos estrangeiros; propriedade predial e territorial urbana; renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) produtos industrializados; transmissão "*causa mortis*" e doação, de quaisquer bens ou direitos; grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
- (D) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; propriedade de veículos automotores; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- (E) propriedade territorial rural; transmissão "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.

24. O Código Tributário Nacional criou um conjunto extenso de regras atinentes à responsabilidade tributária. De acordo com as regras do CTN,

- (A) a atribuição de responsabilidade a terceira pessoa não impede a atribuição de responsabilidade em caráter supletivo ao contribuinte.
- (B) a atribuição de responsabilidade a terceira pessoa exclui, em definitivo, a responsabilidade do contribuinte.
- (C) o terceiro, a quem a responsabilidade pelo crédito tributário for atribuída, não pode ser pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação.
- (D) somente lei complementar federal pode atribuir, de modo expresse, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa.
- (E) a atribuição de responsabilidade a terceira pessoa pode ser feita de modo implícito, vedada essa possibilidade quando se tratar de responsabilidade por infrações.

25. A sujeição ativa e a sujeição passiva representam os dois pólos do critério subjetivo da relação obrigacional tributária. De acordo com o Código Tributário Nacional, o sujeito passivo da obrigação principal é

- I. designado responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa da legislação tributária.
- II. a pessoa natural (física) ou jurídica, de direito público ou privado, obrigada ao pagamento de tributo.
- III. designado contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- IV. a pessoa natural (física) ou jurídica, de direito privado, obrigada ao pagamento de penalidade pecuniária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

26. A interpretação da definição legal do fato gerador é matéria que não foi tratada no capítulo que cuida da Interpretação e Integração da Legislação Tributária, mas no capítulo que trata do fato gerador. De acordo com o CTN, essa interpretação deve ser feita abstraindo-se

- I. dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- II. da natureza do seu objeto.
- III. da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros.
- IV. da natureza dos seus efeitos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III, apenas.

Direito Previdenciário

27. No tocante a contagem recíproca de tempo de contribuição, considere:

- I. A contagem recíproca do tempo de contribuição é feita em relação às contribuições efetuadas e não em relação à filiação.
- II. É necessária carência de no mínimo 60 contribuições para que o segurado tenha direito de computar para fins de concessão dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, o tempo prestado à Administração pública federal direta ou indireta.
- III. O tempo de contribuição no serviço público não pode ser contado com o da atividade privada se forem concomitantes. Não sendo possível, também, a contagem em dobro do tempo de contribuição, como ocorre por exemplo com o tempo de licença-prêmio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) I e III.

28. Considere as seguintes vantagens:

- I. Diárias para viagens.
- II. Ajuda de custo em razão de mudança de sede.
- III. Auxílio-alimentação.
- IV. Gratificação de Raio-X.

De acordo com a Lei nº 10.887/2004, NÃO incluem como base de contribuição para a manutenção do regime próprio de previdência social as vantagens indicadas em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.



29. Gabriela é servidora pública efetiva da União. Este ano ela completou cinquenta e cinco anos de idade e trinta e três anos de contribuição. Neste caso, tratando-se de aposentadoria integral, Gabriela (A) poderá se aposentar voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. (B) não poderá se aposentar voluntariamente ainda, uma vez que não completou trinta e cinco anos de contribuição. (C) não poderá se aposentar voluntariamente ainda, uma vez que não completou sessenta anos de idade. (D) poderá se aposentar voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público, bem como no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. (E) poderá se aposentar voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.	Direito Penal 33. Salvius é advogado e ficou sabendo que o Juiz de Direito de uma pequena Comarca do interior tinha sido promovido. Compareceu ao fórum e apresentou-se ao Escrivão e demais funcionários como sendo o Magistrado designado para assumir a Comarca. Despachou todo o expediente e, valendo-se de guia de levantamento por ele mesmo emitida, sacou R\$ 20.000,00 da agência bancária do fórum e, em seguida, abandonou o local. Nesse caso, Salvius cometeu crime de (A) peculato mediante erro de outrem. (B) peculato. (C) usurpação de função pública e de peculato. (D) exploração de prestígio. (E) usurpação de função pública qualificada.
30. De acordo com a Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. No tocante aos princípios constitucionais da Seguridade Social, na Saúde há (A) Universalidade da cobertura. (B) Universalidade de atendimento. (C) Distributividade na prestação de serviços. (D) Distributividade na prestação de benefícios. (E) Seletividade na prestação de benefícios ou serviços.	34. O crime de (A) desobediência configura-se com a fuga, sem violência, diante da voz de prisão. (B) condescendência criminosa é um delito omissivo próprio e admite a forma tentada. (C) concussão consuma-se no momento em que ocorre a percepção da vantagem indevida. (D) peculato só ocorre com a apropriação de dinheiro e não de outro bem móvel de que o funcionário público tinha a posse em razão do cargo. (E) violação de sigilo funcional pode ser cometido por funcionário público aposentado.
31. O auxílio reclusão (A) não é devido se o recluso estiver em gozo de auxílio-doença. (B) é devido na hipótese do recluso que recebe abono de permanência em serviço. (C) é devido na hipótese do recluso que está em gozo de aposentadoria. (D) é devido nas mesmas condições do salário-família. (E) será mantido independentemente da apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.	35. A respeito do crime de dispensa irregular de licitação, considere: I. A prévia instauração de inquérito policial é imprescindível para a propositura da ação penal pública pelo Ministério Público. II. Na forma culposa, a pena será de multa de até 2% do valor do prejuízo causado ao erário. III. É penalmente irrelevante a conduta formal de alguém que desatende as formalidades da licitação quando não há consequência patrimonial para o órgão público. Está correto o que se afirma APENAS em (A) III. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.
32. O professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério no ensino fundamental (A) terá apenas o requisito de idade reduzido em três anos, em relação a aposentadoria integral voluntária. (B) terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos, em relação a aposentadoria integral voluntária. (C) não terá qualquer redução do tempo de contribuição ou requisito de idade uma vez que a redução somente ocorre para professores da educação infantil. (D) terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em três anos, em relação a aposentadoria integral voluntária. (E) não terá qualquer redução do tempo de contribuição ou requisito de idade uma vez que a redução somente ocorre para professores que comprovem o trabalho na função de magistério cumulada com outra função pública efetiva.	36. Petrus fez afirmação falsa em processo criminal. Todavia, a sentença não levou em conta o seu depoimento por estar em desacordo com o conjunto probatório colhido. Nesse caso, Petrus (A) responderá pelo crime de falso testemunho na forma privilegiada, com redução de pena de 1 a 2 terços. (B) não responderá pelo crime de falso testemunho por não ter o depoimento influído na decisão da causa. (C) não responderá por crime de falso testemunho por se tratar de processo criminal. (D) responderá pelo crime de falso testemunho em seu tipo fundamental. (E) só responderá pelo crime de falso testemunho se a sentença for absolutória.



37. João subtraiu valores em dinheiro do caixa da repartição pública em que trabalhava. José, após a prática do delito, a pedido de João, escondeu o dinheiro no cofre de sua empresa, para tornar seguro o proveito do crime por este cometido. Nesse caso, José responderá pelo crime de (A) peculato culposo. (B) peculato doloso. (C) favorecimento pessoal. (D) favorecimento real. (E) fraude processual.	41. Sobre o estágio probatório a que está sujeito o servidor público do Município de São Luís do Maranhão, é correto afirmar que (A) será exonerado o servidor que receber dois conceitos de desempenho regular. (B) o parecer conclusivo deve ser emitido após a segunda avaliação do servidor. (C) ausências legais de até 60 dias não suspendem o estágio probatório. (D) no caso de parecer contrário à permanência do servidor, a apresentação de defesa pode ser escrita ou oral. (E) o servidor poderá ser nomeado para o exercício de cargo em comissão, mas não ser cedido.
38. O crime de <i>Inscrição de Despesas Não Empenhadas em Restos a pagar</i> (A) é punível na forma culposa, com pena reduzida. (B) admite a tentativa. (C) é de mera conduta. (D) só se consuma com a efetiva inscrição da despesa. (E) só se consuma com a ocorrência de efetivo prejuízo para o Estado.	42. Sobre a interpretação e integração da legislação tributária, nos termos do Código Tributário do Município de São Luís do Maranhão, é correto afirmar que (A) a utilização da equidade precede a da analogia. (B) o emprego da analogia não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido. (C) no caso de ausência de previsão expressa, na aplicação da legislação tributária somente são admissíveis interpretação por analogia ou equidade. (D) disposições sobre exclusão do crédito tributário devem ser interpretadas literalmente. (E) disposições sobre suspensão do crédito tributário devem ser interpretadas da maneira mais favorável ao infrator.
Legislação 39. O ordenamento jurídico brasileiro estabelece que o controle interno de cada esfera de poder deve auxiliar o Legislativo no exercício do controle externo. No caso da Prefeitura de São Luís do Maranhão, o órgão que tem como finalidade definida em lei auxiliar o controle externo em sua missão institucional é (A) a Secretaria de Negócios Jurídicos. (B) a Procuradoria Geral do Município. (C) a Controladoria Geral do Município. (D) a Secretaria de Finanças. (E) o Gabinete do Prefeito.	43. Sobre os bens do município, nos termos da Lei Orgânica do Município de São Luís do Maranhão, é correto afirmar que (A) não podem ser objeto de doação. (B) é vedada, a qualquer título, a alienação ou cessões de bens do patrimônio municipal, no período de seis meses anteriores à eleição, até o término do mandato do Prefeito. (C) a concessão administrativa de bens do município dependerá de lei e de prévio procedimento licitatório em qualquer situação. (D) a permissão é instituto destinado aos bens de uso comum ou dominial, não cabendo aos de uso especial. (E) as rendas provenientes da prestação de serviços pelo município são consideradas bens do município, salvo se houver destinação diferente prevista em lei.
40. Considere as seguintes hipóteses: I. ordenador de despesa de órgão da administração indireta do Município de São Luís. II. encarregado do almoxarifado da Câmara Municipal de São Luís. III. agente arrecadador de receita do Município de São Luís. Desses casos, estão sujeitos aos exames realizados pelos Auditores Internos do Município de São Luís os atos das pessoas indicadas em (A) I, apenas. (B) I e II, apenas. (C) I, II e III. (D) III, apenas. (E) I e III, apenas.	44. Nos termos do Estatuto do Servidor Público de São Luís do Maranhão, será aplicada a pena de demissão à infração: (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização escrita do chefe imediato. (B) Recusar fé a documentos públicos. (C) Promover manifestação de apreço ou desapreço no ambiente de trabalho. (D) Opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo ou execução de serviço. (E) Proceder de forma desidiosa assim entendida a falta do dever de diligência no cumprimento de suas atribuições.

**Administração Financeira e Orçamentária**

45. Na lei orçamentária, para o exercício de 2015, de determinado Município da região nordeste, entre outras, consta a previsão de arrecadação de impostos inscritos na dívida ativa, no valor de R\$ 2.680.000,00. Com relação ao detalhamento das Categorias Econômicas das Receitas Orçamentárias, a arrecadação de impostos inscritos na dívida ativa é classificada na Origem de receita

- (A) tributária.
- (B) transferências correntes.
- (C) capital.
- (D) outras receitas correntes.
- (E) patrimonial.

Atenção: Para responder às questões de números 46 e 47 considere as informações abaixo relativas à execução orçamentária de uma despesa aprovada no orçamento de determinada entidade do setor público.

Para o exercício de 2014, a dotação orçamentária fixada para as despesas com conservação e manutenção de logradouros públicos era de R\$ 290.000,00. Durante o exercício de 2014, foram realizadas as seguintes transações na referida dotação orçamentária:

Total empenhado para a despesa	390.000,00
Abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação	110.000,00
Liquidação da despesa empenhada	210.000,00
Cancelamento (anulação) do empenho da despesa	60.000,00
Pagamento da despesa empenhada	190.000,00

46. O montante total inscrito em restos a pagar processado e não processado ao final do exercício de 2014 foi de

- (A) 200.000,00.
- (B) 140.000,00.
- (C) 130.000,00.
- (D) 20.000,00.
- (E) 120.000,00.

47. Ao final do exercício de 2014 a execução orçamentária apresentou uma economia orçamentária no valor de

- (A) 70.000,00.
- (B) 10.000,00.
- (C) 100.000,00.
- (D) 90.000,00.
- (E) 80.000,00.

48. O município de Jardim Verde encaminhou a proposta orçamentária para o exercício de 2015, ao Poder Legislativo, prevendo receitas e fixando despesas orçamentárias no valor de R\$ 98.500.000,00. Após a análise da proposta orçamentária, pretende o Poder Legislativo proceder à reestimativa de algumas receitas. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 a reestimativa de receita só será admitida se

- (A) compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) houver concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.
- (C) comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- (D) houver aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa.
- (E) comprovado que o montante da despesa de pessoal está acima do limite máximo estabelecido na referida Lei.

49. Segundo a Constituição Federal, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada serão estabelecidas na lei

- (A) de diretrizes orçamentárias, cujo projeto será encaminhado ao Congresso Nacional até 15 de abril de cada ano.
- (B) orçamentária anual, com vigência de 12 meses, a partir de 1º de janeiro de cada ano.
- (C) do plano plurianual, para vigência até o final do segundo exercício financeiro do mandato presidencial subsequente.
- (D) de diretrizes orçamentárias, com vigência de 12 meses, passando a vigorar a partir de 1º de julho de cada ano.
- (E) do plano plurianual, de 4 anos o período de vigência, passando a vigorar a partir do segundo ano de mandato presidencial.

50. A classificação funcional busca informar basicamente em que área de despesa a ação governamental será realizada. Considerando que a classificação funcional é representada por cinco dígitos, é correto afirmar que os

- (A) dois primeiros relativos às funções e os três últimos às subfunções.
- (B) três primeiros relativos ao projeto e os dois últimos ao elemento de despesa.
- (C) dois primeiros relativos ao órgão orçamentário e os três últimos à unidade orçamentária.
- (D) três primeiros relativos às funções e os dois últimos às subfunções.
- (E) dois primeiros relativos ao programa e os três últimos à ação de governo.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Auditoria Governamental

51. Um Auditor de Controle Interno foi incumbido de realizar o exame das contratações realizadas num determinado período. Para tanto, recebeu a orientação de que registrasse as informações coletadas com abrangência e grau de detalhes suficientes para proporcionar a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos aplicados de Auditoria Interna. Para o atendimento a essa orientação, as informações coletadas devem ser registradas em documentos denominados

- (A) planilhas de controle.
- (B) demonstrativos de achados de auditoria.
- (C) papéis de trabalho.
- (D) bloco de anotações de auditoria.
- (E) registros de evidências.

52. Considere os fatores abaixo.

- I. Conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade.
- II. Existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos de Auditoria Interna.
- III. O conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes e relacionados.

Esses fatores são relevantes na execução dos trabalhos de auditoria, especificamente para a fase de

- (A) planejamento.
- (B) comunicação de resultados.
- (C) testes de auditoria.
- (D) especificação de resultados.
- (E) detalhamento de achados de auditoria.

53. Durante os trabalhos de auditoria, um Auditor de Controle Interno necessitou fazer testes de observância para garantir a razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento. Os testes foram realizados para os seguintes casos:

- I. Verificação de registros.
- II. Acompanhamento de procedimentos quando da sua execução.
- III. Verificação de ativos tangíveis.

Os testes realizados para esses casos são denominados, respectivamente,

- (A) inspeção, observação e investigação.
- (B) inspeção, observação e inspeção.
- (C) observação, observação e investigação.
- (D) investigação, inspeção e investigação.
- (E) observação, inspeção e inspeção.

54. Ainda no planejamento de uma Auditoria, um Auditor de Controle Interno se deparou com a possibilidade de não atingir, de forma satisfatória, os objetivos dos trabalhos, podendo emitir uma opinião inadequada, tendo por base a verificação de eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de Auditoria Interna, a serem aplicados, considerando o volume ou a complexidade das transações e das operações. Esse aspecto, nos termos da NBC TI 01, é conceituado como

- (A) falha de auditoria.
- (B) falha do auditor.
- (C) eventos alheios à vontade do auditor.
- (D) riscos de auditoria.
- (E) falha de amostragem.

55. Ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, o Auditor Interno deve obter segurança de que essas demonstrações, como um todo, estão livres de distorção relevante, possibilitando que expresse sua opinião, principalmente se as demonstrações foram elaboradas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para esse tipo de problema, a NBC TA 200 orienta que o auditor busque, inicialmente, uma segurança

- (A) total.
- (B) razoável.
- (C) mínima.
- (D) máxima.
- (E) média.

56. Nos termos das NBC TAs, as medidas da qualidade e da quantidade da evidência são, respectivamente,

- (A) suficiência e adequação.
- (B) suficiência e abrangência.
- (C) adequação e abrangência.
- (D) adequação e plausibilidade.
- (E) plausibilidade e adequação.

57. Após a conferência dos cálculos referentes às demonstrações contábeis, o Auditor de Controle Interno verificou diferença tanto nos valores como nas classificações de uma demonstração contábil relatada se comparada com a exigida. Essa diferença é denominada

- (A) grau de erro.
- (B) risco de auditoria.
- (C) distorção.
- (D) margem de erro.
- (E) erro de relevância.

58. Durante os trabalhos de auditoria, o auditor deve reduzir os riscos de ignorar circunstâncias não usuais e extrair conclusões baseadas nas evidências de auditoria. Esses objetivos podem ser alcançados, respectivamente, por meio

- (A) do quadro de investigação atualizado e ferramenta de *feedback*.
- (B) do planejamento de auditoria e agrupamento de achados de auditoria.
- (C) da análise de relevância e análise lógica das evidências de auditoria.
- (D) dos riscos de auditoria e riscos de detecção.
- (E) do ceticismo profissional e julgamento profissional.



59. Considere as hipóteses abaixo. I. O Auditor Interno pode não atender um requisito relevante de uma norma. II. O Auditor Interno pode executar procedimentos adicionais referentes a fatos ocorridos após a data do relatório de auditoria. III. O Auditor Interno deve documentar inconsistências em relação a sua conclusão final, referentes a assuntos significativos. Nos termos da NBC TA 230, está correto o que se afirma em (A) III, apenas. (B) I, II e III. (C) II e III, apenas. (D) II, apenas. (E) I e III, apenas.	62. O Auditor Interno deve identificar os riscos de distorção relevantes decorrentes de fraude no nível das demonstrações contábeis e tratá-los como riscos significativos. Nos termos da NBC TA 240, a determinação de quais tendências e variações específicas podem indicar esse tipo de risco é obtida por meio (A) do planejamento. (B) dos papéis de trabalho. (C) dos achados de auditoria. (D) do julgamento profissional. (E) das evidências de auditoria.
60. Considere os itens abaixo. I. O objetivo do Auditor Interno é preparar documentação que forneça registro suficiente do embasamento do seu relatório. II. Arquivo de auditoria compreende o registro de procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor. III. A documentação de auditoria pode substituir os registros contábeis da entidade. Sobre a documentação de auditoria, está correto o que se afirma em (A) I e II, apenas. (B) II, apenas. (C) I, apenas. (D) I, II e III. (E) II e III, apenas.	63. Considere as hipóteses abaixo. I. A entidade não toma a ação apropriada com referência a uma fraude, considerada pelo auditor como necessária nas circunstâncias, mesmo no caso em que a fraude não é relevante para as demonstrações contábeis. II. A consideração do auditor dos riscos de distorção relevante decorrente de fraude e dos resultados da auditoria indica risco significativo de fraude relevante e generalizada. III. O auditor tem preocupação significativa quanto à competência ou integridade da administração ou dos responsáveis pela governança. Constitui circunstância excepcional que pode surgir e colocar em dúvida a capacidade do auditor, deixando-o sem condições de continuar os trabalhos, o indicado em (A) I, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) II e III, apenas. (E) II, apenas.
61. Nos termos da NBC TA 240, fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal. Os eventos ou condições que indiquem incentivo ou pressão para a ocorrência da fraude são denominados (A) fatores de risco. (B) elementos de associação. (C) aspectos condicionantes. (D) facilitadores. (E) causadores.	64. Um dos elementos essenciais que compõem a rotina do Auditor Interno são os riscos de auditoria, que devem ser tratados na fase de planejamento. Uma das ferramentas de controle interno mais modernas no trato desse tipo de risco é denominada (A) modelo COSO. (B) comparativo de riscos. (C) auditoria de riscos. (D) estratégia de antecipação de riscos. (E) auditoria de resultado. 65. Nos termos das normas da INTOSAI, o processo integrado efetuado pela direção e corpo de funcionários, estruturado para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança de que na consecução da missão da entidade serão alcançados objetivos como cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis é denominado (A) controle público. (B) <i>accountability</i>. (C) auditoria pública. (D) controle interno. (E) fiscalização pública.



Contabilidade Geral

66. A Cia. Só Problemas S.A. apresentava, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, o valor de R\$ 500.000,00 contabilizado como Provisões. Este valor correspondia aos seguintes processos:

Processo	Montante Estimado (R\$)
Processo Ambiental	210.000,00
Processo Civil	90.000,00
Processo Trabalhista	200.000,00

Em 31/12/2014, o departamento jurídico da Cia. Só Problemas analisou todos os processos em que a Cia. era considerada ré, revisando tanto os valores destes processos quanto a probabilidade de perda pela empresa. A tabela a seguir apresenta as informações referentes a todos os processos que a Cia. responde.

Processo	Montante Estimado/Reestimado (R\$)	Probabilidade de Perda Revisada
Processo Ambiental	250.000,00	Provável
Processo Civil	120.000,00	Possível
Processo Trabalhista	230.000,00	Provável
Processo Fiscal (Novo)	180.000,00	Remoto

Com base nas informações constantes das tabelas anteriores e nos critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor evidenciado como Provisão no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 da Cia. Só Problemas S.A., correspondente aos processos foi, em reais,

- (A) 500.000,00.
- (B) 410.000,00.
- (C) 600.000,00.
- (D) 480.000,00.
- (E) 780.000,00.

67. A Cia. de Comércio Amadora, em 30/11/2014, adquiriu um lote de mercadoria por R\$ 1.200.000,00 à vista. Adicionalmente em 10/12/2014, a Cia. gastou R\$ 50.000,00 referentes a frete e seguros para transportar este lote até o seu depósito.

Em 31/12/2014, a Cia. vendeu 70% deste lote pelo valor de R\$ 1.550.000,00 para ser recebido em 15/06/2016. Sabe-se que se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 1.200.000,00 e que a Cia. não possuía estoque anterior.

Com base nestas informações e desconsiderando a incidência de tributos nas operações de compra e venda das mercadorias, a Cia. de Comércio Amadora reconheceu na Demonstração do Resultado de 2014, Resultado Bruto com Vendas no valor de, em reais,

- (A) 325.000,00.
- (B) 710.000,00 e Despesa com frete e seguros no valor de 50.000,00.
- (C) 675.000,00.
- (D) 350.000,00.
- (E) 360.000,00 e Despesa com frete e seguros no valor de 50.000,00.

68. A Cia. Industrial S.A. apresentava, em 31/12/2014, o saldo de R\$ 830.000,00 no Imobilizado, correspondente a uma máquina. A composição do saldo era a seguinte:

Custo de aquisição: R\$ 1.500.000,00

Depreciação Acumulada (até 31/12/2014): R\$ 400.000,00

Perda por Impairment Acumulada (reconhecida em 2013): R\$ 270.000,00

Antes de elaborar as suas demonstrações contábeis de 2014, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo em 31/12/2014 e obteve as seguintes informações para esta máquina:

Valor em uso: R\$ 800.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 750.000,00

Com base nestas informações, o valor contábil deste ativo que a Cia. Industrial S.A. deveria ter apresentado, em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2014, era, em reais,

- (A) 830.000,00.
- (B) 780.000,00.
- (C) 750.000,00.
- (D) 1.100.000,00.
- (E) 800.000,00.



69. Em 31/12/2013, a Cia. Italiana adquiriu 70% das ações da Cia. Francesa por R\$ 10.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Francesa era R\$ 7.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 9.000.000,00. A diferença de R\$ 2.000.000,00 entre o Patrimônio Líquido e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis se referia ao valor justo de um ativo intangível com vida útil indefinida que a Cia. Francesa possuía, cujo valor contábil não se alterou em 2014.

No ano de 2014, a Cia. Francesa reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido de 2014: R\$ 500.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 200.000,00

Com base nestas informações, o valor do Investimento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, nas demonstrações contábeis individuais da Cia. Italiana, foi, em reais,

- (A) 10.350.000,00.
- (B) 6.650.000,00.
- (C) 5.250.000,00.
- (D) 10.210.000,00.
- (E) 6.510.000,00.

70. A Cia. Caixa Dois realizou, em 31/03/2015, duas aplicações financeiras conforme informações a seguir:

Classificação pela Cia.	Valor aplicado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento
Destinados para venda imediata	300.000,00	2,0%a.m.	31/03/2016
Mantidos até o vencimento	100.000,00	1,5%a.m.	31/12/2016

Em 30/04/2015, ao elaborar o Balanço Patrimonial a Cia. Caixa Dois identificou os seguintes valores justos para estes ativos:

Classificação pela Cia.	Valor Justo (R\$)
Destinados para venda imediata	320.000,00
Mantidos até o vencimento	85.000,00

O Resultado que a Cia. Caixa Dois reconheceu na Demonstração do Resultado de abril de 2015, correspondente às aplicações financeiras, foi, em reais,

- (A) 5.000,00 (positivo).
- (B) 7.500,00 (positivo).
- (C) 9.000,00 (negativo).
- (D) 15.000,00 (negativo).
- (E) 21.500,00 (positivo).

Contabilidade Pública

71. A Lei Orçamentária Anual

- (A) deve conter as receitas orçamentárias classificadas por funções e subfunções.
- (B) pode conter autorização para abertura de créditos suplementares e especiais.
- (C) deve conter cronograma de execução mensal de desembolso.
- (D) deve conter disposições sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- (E) pode conter autorização para contratação de operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da lei.



72. O reconhecimento de passivos contingentes pela contabilidade gera lançamentos contábeis em contas de natureza
- (A) orçamentária, apenas.
 - (B) patrimonial, apenas.
 - (C) de controle, apenas.
 - (D) orçamentária e patrimonial, apenas.
 - (E) patrimonial e de controle, apenas.
-
73. Uma transação que provoca uma variação patrimonial qualitativa decorrente da execução do orçamento é
- (A) o pagamento a fornecedores de material de consumo após a liquidação da despesa.
 - (B) o empenho da despesa com pessoal e encargos classificada como despesa corrente.
 - (C) o recebimento de valores provenientes da venda de serviços concomitante com a prestação do serviço.
 - (D) a depreciação do ativo imobilizado.
 - (E) a devolução de um depósito caução.
-
74. Considere as informações extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública municipal referente ao mês de maio de X1:
- Liquidação da despesa com Material de Consumo entregue pelo fornecedor em 15/05/X1, no valor de R\$ 20.000,00, para pagamento em junho de X1.
 - Lançamento e Arrecadação de Taxas no valor de R\$ 600.000,00.
 - Pagamento de Despesa com Pessoal que atua na manutenção das atividades governamentais no valor de R\$ 160.000,00. A liquidação da despesa ocorreu em abril de X1.
 - Distribuição gratuita de material no valor de R\$ 34.000,00.
 - Prestação de Serviços no valor de R\$ 50.000,00 para recebimento em junho de X1.
 - Reconhecimento da Depreciação do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 64.000,00.
 - Reconhecimento do aumento da Dívida Fundada em R\$ 3.000,00, decorrente de variação cambial.
- Com base nessas informações, em maio de X1 e em reais, o saldo do ativo total foi aumentado em
- (A) 412.000,00.
 - (B) 409.000,00.
 - (C) 572.000,00.
 - (D) 396.000,00.
 - (E) 362.000,00.
-
75. Considere os dados, a seguir, extraídos das demonstrações contábeis consolidadas do Município Alfa referentes a X1:
- | | |
|--|------------------|
| Receita Lançada: | R\$ 4.200.000,00 |
| Receita Arrecadada: | R\$ 4.120.000,00 |
| Despesa Empenhada: | R\$ 4.230.000,00 |
| Despesa Liquidada: | R\$ 4.180.000,00 |
| Inscrição de Restos a Pagar referentes a X1: | R\$ 550.000,00 |
| Recebimento de Depósito Caução: | R\$ 145.000,00 |
| Pagamento de Restos a Pagar: | R\$ 420.000,00 |
- Considerando estas informações, o resultado financeiro do exercício de X1 apurado com base no Balanço Financeiro referente a X1 foi, em reais,
- (A) positivo em 215.000,00.
 - (B) negativo em 95.000,00.
 - (C) positivo em 165.000,00.
 - (D) negativo em 125.000,00.
 - (E) positivo em 245.000,00.
-

**Controle Interno e Externo**

76. Um Auditor de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão foi incumbido de identificar os eventos e condições que possam afetar a qualidade das informações contábeis da Prefeitura. Nos termos da NBC T 16, esse procedimento é denominado
- (A) mapeamento de riscos.
 - (B) análise de ambiente de risco.
 - (C) monitoramento da estrutura de controle.
 - (D) monitoramento de ambiente de controle.
 - (E) qualidade do controle interno.
77. O setor de contabilidade da Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão verificou a ocorrência de informações contábeis registradas de forma intempestiva. Diante desse problema, foi determinado a um Auditor de Controle Interno a adoção de procedimentos concomitantes e *a posteriori* para identificar outras falhas dessa natureza, bem como erros, omissões e outras inadequações. Nos termos da NBC T 16, para essa finalidade devem ser utilizados procedimentos de
- (A) prevenção.
 - (B) investigação.
 - (C) detecção.
 - (D) avaliação.
 - (E) comprovação.
78. Considere os tipos de controle abaixo.
- I. A legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
 - II. A fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.
 - III. O cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- Em relação à Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão e nos termos da Lei nº 4.320/1964, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas do Estado, o exercício desses controles estabelecidos em I, II e III deve ser feito pelo
- (A) Poder Executivo, Poder Executivo e Poder Legislativo, respectivamente.
 - (B) Poder Legislativo, nos três casos.
 - (C) Poder Legislativo, Poder Legislativo e Poder Executivo, respectivamente.
 - (D) Poder Executivo, nos três casos.
 - (E) Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Executivo, respectivamente.
79. Um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal é a atenção dada à transparência das contas públicas. Sobre esse assunto é correto afirmar que
- (A) o Relatório de Gestão Fiscal e o Balanço Patrimonial são instrumentos de transparência.
 - (B) a transparência será assegurada mediante a liberação de informações sobre a execução orçamentária, que devem ocorrer no máximo em até trinta dias após a ocorrência do evento contábil.
 - (C) a liberação de informações acerca da receita devem alcançar as fases de lançamento e recebimento, salvo quanto aos recursos extraordinários.
 - (D) as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis para consulta e apreciação pelos cidadãos e, após trinta dias, às instituições da sociedade.
 - (E) durante o processo de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes e orçamentos deverá haver incentivo à participação popular.
80. Para resolver o problema de déficit de vagas em creches na cidade, a Prefeitura formalizou convênios com várias entidades do terceiro setor. Para a execução do pactuado, foram repassados recursos financeiros pela Prefeitura e as entidades abrigaram crianças, promovendo ações na área de educação pré-escolar. Ao final do exercício, nenhuma dessas entidades prestou contas dos gastos realizados com os recursos repassados pela Prefeitura. Esse fato pode ser considerado
- (A) irregular, uma vez que a Prefeitura não pode repassar valores para entidades do terceiro setor em face do previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (B) irregular, uma vez que deve prestar contas todo aquele que for responsável por dinheiro público.
 - (C) regular, uma vez que a medida era emergencial em razão do déficit de vagas, não havendo a necessidade de prestação de contas nesse caso.
 - (D) regular, uma vez que a educação é direito protegido pela Constituição Federal, não havendo a necessidade de prestação de contas nesse caso.
 - (E) regular, por se tratar de educação pré-escolar, não havendo a necessidade de prestação e contas nesse caso.
81. Considere os seguintes fatos ocorridos na Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão em 2014:
- I. Foi verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo das Metas Fiscais.
 - II. Ao final de um quadrimestre, o percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida atingiu o patamar de 50%.
 - III. Foi celebrado contrato de terceirização de mão de obra que se refere à substituição de servidor.
- Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, caberá alerta do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão no caso
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e III, apenas.
82. Uma das formas de operação de crédito reguladas na Lei de Responsabilidade Fiscal é a por antecipação da receita orçamentária, conhecidas como ARO, que envolve receita que o ente ainda não arrecadou. Caso a Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão efetue esse tipo de operação de crédito, deverá elaborar um demonstrativo para fins de comprovação do atendimento ao limite estabelecido a operações dessa natureza. Esse demonstrativo é parte integrante do
- (A) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (B) Anexo de Metas Fiscais.
 - (C) Anexo de Riscos Fiscais.
 - (D) Relatório de Contingências Fiscais.
 - (E) Relatório de Gestão Fiscal.



83. A Prefeitura de São Luís realizou licitação para a aquisição de cestas básicas para distribuição, pelo setor de assistência social, a pessoas carentes do Município. O TCE/MA apreciou a legalidade dessa despesa para fins de registro, tendo apontado irregularidades que culminaram com a aplicação de multa ao Prefeito. Esse caso contrariou a Constituição do Estado do Maranhão porque

- (A) a aquisição de cestas básicas para a assistência social não depende de licitação.
- (B) a aquisição e distribuição de cestas básicas a pessoas carentes não é ação controlada pelo TCE/MA.
- (C) não cabe a multa aplicada pelo TCE/MA em processos de análise de procedimento licitatório.
- (D) a aquisição de cestas básicas não é ato sujeito a registro.
- (E) não é finalidade da Prefeitura a distribuição de cestas básicas à população carente.

84. Considere as afirmativas abaixo.

- I. Escrituração de recursos vinculados feita de forma agrupada.
- II. Registro do resultado de fluxo financeiro feito pelo regime de competência.
- III. Demonstrações contábeis de cada órgão da administração direta feitas tanto de forma isolada como conjunta.
- IV. Escrituração de operações de crédito e inscrições de restos a pagar evidenciou o montante e a variação da dívida pública no período e detalhou, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.
- V. A origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos foram destacados na demonstração das variações patrimoniais.

No que se refere às regras de escrituração de contas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) II, III e IV.

85. Considere as situações abaixo.

- I. Contas do Governador do Estado do Maranhão.
- II. Contas de responsável por bens públicos da Administração indireta Municipal de São Luís do Maranhão.
- III. Contas do Prefeito Municipal de São Luís do Maranhão.

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, cabe julgamento pelo Tribunal a matéria indicada APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

86. Considere os seguintes fatos ocorridos na Prefeitura de São Luís do Maranhão em 2014:

- I. Repasse de subvenção no valor de R\$ 5.000,00 a entidade assistencial que cuida de crianças carentes no Município.
- II. Servidor público municipal que recebeu R\$ 500,00 a título de adiantamento para despesas de pronto pagamento.
- III. Grupo de escola de samba que recebeu R\$ 10.000,00 a título de subvenção para a organização dos festejos de carnaval no Município.

Nos termos da Constituição do Estado do Maranhão, deve haver a devida prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

87. A Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina a consolidação das contas públicas. Para tanto, estabeleceu que os Municípios e os Estados devem enviar suas contas ao Poder Executivo da União. A Prefeitura de São Luís deixou de cumprir essa obrigação no prazo estabelecido. Nesse caso, até que a situação seja regularizada, a Prefeitura não poderá

- (A) contratar operação de crédito para o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- (B) terceirizar mão de obra com substituição de servidor.
- (C) realizar concurso público.
- (D) receber transferências voluntárias.
- (E) promover renúncia de receita.

88. Considere os tipos de processo abaixo.

- I. Pedido de informação formulado pela Câmara Municipal de São Luís.
- II. Consulta.
- III. Denúncia.
- IV. Admissão de pessoal feita pela Prefeitura Municipal de São Luís.

Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, é competente para a apreciação desses processos, respectivamente:

- (A) o Plenário, a Câmara, a Câmara e a Câmara.
- (B) a Câmara, o Plenário, o Plenário e o Plenário.
- (C) a Câmara, o Plenário, o Plenário e a Câmara.
- (D) a Câmara, a Câmara, a Câmara e o Plenário.
- (E) o Plenário, o Plenário, o Plenário e a Câmara.



89. Nos termos do Regimento Interno do TCE/MA, os processos são julgados e apreciados por grupos e por classes de assuntos, conforme sua natureza, iniciando-se pelos classificados no Grupo I, seguindo-se os do Grupo II. Com base nessa divisão, numa determinada sessão plenária, ocorreram os seguintes fatos: I. Foi concedida preferência de julgamento, com inversão da ordem da pauta, para processo no qual foi produzida prova por sustentação oral. II. Num processo do Grupo II, a apresentação do relatório foi feita apenas de forma resumida. III. Um Conselheiro solicitou audiência do Ministério Público junto ao Tribunal no curso da discussão de um processo. Houve consonância com o disciplinado no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão o fato indicado em (A) I, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) II e III, apenas. (E) II, apenas.	92. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Maranhão, a discussão de uma matéria na sessão poderá ser adiada nos seguintes casos: I. Se a matéria requerer maior estudo. II. Para instrução complementar, por considerar-se incompleta. III. Se for solicitada a audiência do Representante do Ministério Público junto ao Tribunal. Deverá ser processado em caráter de urgência o indicado em (A) I, apenas. (B) III, apenas. (C) I, II e III. (D) I e III, apenas. (E) II e III, apenas.
90. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, sobre as sessões por ele realizadas é correto afirmar que (A) pode haver sessão extraordinária de caráter reservado. (B) as realizadas pelo Plenário somente poderão ser abertas com o quórum de três Conselheiros Efetivos ou seus substitutos, inclusive o Presidente. (C) a obrigatoriedade da presença de representante do Ministério Público junto ao Tribunal está vinculada à matéria a ser julgada. (D) a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado ocorrerá em sessão ordinária. (E) a convocação para uma sessão extraordinária deve ocorrer com, no mínimo, 24 horas de antecedência, em qualquer hipótese.	93. O Plenário do TCE/MA deliberou sobre os assuntos abaixo. I. Disciplinamento de matéria que envolveu órgão sujeito à sua jurisdição. II. Decisão definitiva em processo de tomada de contas do qual não resultou aplicação de multa. III. Decisão definitiva em processo de tomada de contas do qual resultou aplicação de multa. Para o fiel atendimento ao disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, essas deliberações foram feitas, respectivamente, na forma de (A) Instrução Normativa, Acórdão e Acórdão. (B) Instrução Normativa, Acórdão e Decisão. (C) Resolução, Decisão e Decisão. (D) Decisão Normativa, Decisão e Acórdão. (E) Decisão Normativa, Decisão e Decisão.
91. Para uma sessão ordinária do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão foram pautados os seguintes processos: I. recurso. II. tomada de contas. III. consulta. IV. matéria concernente à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal, considerando que não houve solicitação de produção de sustentação oral, esses processos devem ser julgados na seguinte ordem: (A) I, II, III e IV. (B) II, I, III e IV. (C) I, III, II e IV. (D) IV, II, I e III. (E) IV, II, III e I.	94. Um ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão foi objeto de recurso na esfera administrativa. Nesse caso, nos termos do Regimento Interno do Tribunal, a relatoria do processo caberá ao (A) Presidente do Tribunal. (B) Vice-Presidente do Tribunal. (C) Conselheiro mais antigo. (D) Corregedor do Tribunal. (E) Presidente da Primeira Câmara. 95. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, a competência para promover a defesa da ordem jurídica, requerendo, perante o Tribunal, as medidas de interesse da justiça é (A) do Ministério Público junto ao Tribunal. (B) do Presidente do Tribunal. (C) do Vice-Presidente do Tribunal. (D) do Corregedor do Tribunal. (E) da Secretaria do Tribunal.



96. A Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão foi fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado. Foram encontradas irregularidades em dois processos de adiantamento de numerário a servidores: num deles as falhas eram sanáveis e no outro insanáveis. Nesses casos, nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
- (A) ambos devem ser enviados ao Tribunal de Contas para julgamento.
 - (B) ambos os casos o técnico responsável pela verificação promoverá meios à sua regularização.
 - (C) o processo com irregularidades insanáveis deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento e, no caso do processo com falhas sanáveis, o próprio técnico responsável pela verificação promoverá meios à sua regularização.
 - (D) ambos devem ser encaminhados ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
 - (E) o processo com irregularidades insanáveis deverá ser encaminhado ao Tribunal de Contas para julgamento e, no caso do processo com falhas sanáveis, deverá ser enviado ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para análise.
97. Sobre as sanções aplicáveis pelo TCE/MA é correto afirmar que
- (A) a pena de multa não é cumulativa com outras sanções.
 - (B) a decisão da aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão para responsável por prática de atos irregulares deve ser precedida de deliberação sobre a gravidade da infração.
 - (C) a pena de demissão de servidor pode ser proposta, desde que por decisão unânime dos seus membros.
 - (D) não decorre da decisão do TCE/MA a possibilidade de arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito.
 - (E) a multa aplicada em caso do responsável julgado em débito limitar-se-á a 50% do valor atualizado do dano ao erário.
98. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, as contas que evidenciarem impropriedade formal, que enseje a aplicação de multa, devem ser
- (A) julgadas regulares.
 - (B) julgadas regulares com ressalva.
 - (C) julgadas irregulares.
 - (D) suspensas até que seja paga a multa.
 - (E) suspensas até que seja corrigida a impropriedade.
99. Foi oferecida ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão denúncia. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal, enquanto não comprovar sua procedência
- (A) ficará suspensa.
 - (B) servirá apenas de subsídio aos trabalhos da fiscalização.
 - (C) não será conhecida.
 - (D) ficará restrita ao Ministério Público junto ao Tribunal.
 - (E) será apurada em caráter sigiloso.
100. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, sobre os recursos é correto afirmar que
- (A) a interposição de recurso gera preclusão consumativa, salvo se não for conhecido.
 - (B) é obrigatória a audiência do Ministério Público junto ao Tribunal em todos os recursos.
 - (C) da decisão que determinar a realização de auditoria cabe recurso de embargos de declaração.
 - (D) da decisão que converter processo em tomada de contas especial não cabe recurso.
 - (E) em nenhuma hipótese é cabível recurso de revisão.